

Voto a favor.

Junto a minha declaração de voto para constar.

Decidi votar a favor do presente documento por considerar necessária e oportuna a reflexão jurídica das questões que, a meu ver, têm emperrado a boa gestão do domínio de topo “.pt”.

Entendo que o documento apresenta uma base inicial necessária para se discutir efetivamente a génese do presente problema, originado, e muito, pela redação do Decreto-Lei n.º 55/2013 de 17 de abril. E, neste sentido, voto favoravelmente.

Gostaria, todavia, de deixar registado que, no que se refere à questão jurídica de base – i.e., poderia ou não o Governo legislar os termos do art.º 21<sup>1</sup> do aludido diploma –, numa análise perfunctória, considero que o domínio de topo “.pt” deve ser considerado “bem do domínio público”, o que torna inconstitucional o referido preceito legal.

Com efeito, o presente domínio de topo cumpre uma missão de identificação nacional na sociedade global, ante a profusão, utilização, disponibilidade e dependência digitais, que vêm sido assinaladas em crescendo nos mais diversos domínios da comunicação, interação, cidadania e socialização, pelos Estados - nas suas múltiplas formas -, organizações e cidadão-comum. Por conseguinte, conjecturamos uma omissão do legislador, perante o comando constitucional contido no Artigo 84.º, n.º1, al. f) e n.º2 da Constituição da República Portuguesa (doravante, CRP), por este bem, tecnológico, não ter ainda sido classificado como “de domínio público”. Trata-se de uma omissão que urge suprir.

Note-se, por exemplo, que no Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de Outubro, ao criar o inventário geral do património do Estado, no seu art.º4, al. L), o legislador subtraiu outros bens de domínio público<sup>2</sup> à disponibilidade da propriedade privada, *tout court*, exigindo, naquilo que nos importa, um regime jurídico de comercialidade nos moldes do direito público.

---

<sup>1</sup> Artigo 21: **«Domínio de topo 1 - A gestão, operação e manutenção do registo do domínio de topo correspondente a Portugal.pt é atribuída a uma associação de direito privado, a constituir pela FCT, I.P., e outros eventuais associados, nos termos do artigo 167.º do Código Civil.»**

<sup>2</sup> «As linhas telegráficas e telefónicas, os cabos submarinos e as obras, canalizações e redes de distribuição pública de energia eléctrica;».



À data, naturalmente, o fenómeno presente da *internet* não se colocava. Contudo, ante a necessidade duma interpretação actualista deste preceito, com naturalidade, tal colocar-nos-á perante a novação classificativa do domínio de topo “.pt” enquanto bem de domínio público.

Em acréscimo, nos termos do art.º 165, n.º1, al v) da CRP, a «*definição e regime dos bens de domínio público*» integra a reserva relativa da competência legislativa da Assembleia da República, o que significa que o Governo apenas pode legislar sobre esta matéria, através de decreto-lei autorizado, com autorização legislativa parlamentar. Ora, desconhecendo - por inexistente - a autorização legislativa concedida ao governo para que este pudesse ter legislado, o artigo 21.º do Decreto-Lei nº 55/2013 de 17 de abril, nos moldes em que o fez, tal padece de inconstitucionalidade orgânica. Efetivamente, não pode o Governo, por decreto-lei, vir definir *ex novo* um regime jurídico do presente bem, diferente do aplicável aos restantes bens do domínio público.

Por fim, estando em apreciação na Assembleia da República o Projeto de Lei 619/XIII/3.<sup>a3</sup>, para alteração ao Decreto-lei em foco, e, tendo o mesmo baixado à Comissão de Educação e Ciência, a 13 de Outubro de 2017, por um período de 60 dias e não tendo ainda sido remarcada nova discussão pública, fazemos um apelo aos poderes políticos para que resolvam a questão jurídica, delicada, que assinalamos. Neste sentido, entendemos que o presente documento da *Internet Society Portugal chapter* deveria ser transmitido à Assembleia da República, como um contributo para o referido processo legislativo em curso.

Sintra, 30 de Dezembro de 2017,

Nuno Teixeira Castro

---

<sup>3</sup> <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=41714>